



EDUCAÇÃO E CULTURA NA CIDADE: COMUNIDADE, SENTIDO CRÍTICO E CRIATIVIDADE

É importante construir comunidades inclusivas e diversas, onde o sentido de pertença reflita a coexistência de diferentes culturas, religiões e línguas. Reconhecemos que a diversidade é uma oportunidade para enriquecimento, mas também apresenta desafios como a exclusão e as desigualdades, pelo que é fundamental promover laços genuínos, contacto pessoal e narrativas que fortaleçam o tecido social com base no respeito, na igualdade e na participação ativa. Da mesma forma, destacamos a importância de formar uma cidadania crítica e livre, capaz de participar na construção do futuro local. Para isso, é necessário promover o pensamento crítico frente a discursos populistas, sectarismos, simplificações e manipulações nas redes sociais, que muitas vezes divulgam informações falsas e tendenciosas. Também queremos salientar que na Internet, embora tudo pareça gratuito, na realidade pagamos com os nossos dados e atenção, o que influencia as nossas decisões. Por outro lado, a educação em criatividade tem sido subvalorizada, muitas vezes vista apenas como algo de artistas, quando na realidade é uma capacidade inata de todos os seres humanos. Educar em criatividade implica desenvolver habilidades para gerar ideias novas e valiosas que possam transformar e promover mudanças em diferentes âmbitos. A capacidade de criar e inovar é essencial para enfrentar os desafios futuros das cidades, por isso é crucial atender às necessidades culturais e educativas dos cidadãos, promovendo programas que fortaleçam as suas capacidades criativas e, assim, fortaleçam o capital social.

A construção da cidade/comunidade em contextos cada vez mais complexos.
A construção de um «NÓS» inclusivo e aberto que defina o sentimento de pertença livre à cidade.
A cidade de todos e todas.

As nossas cidades têm agora uma diversidade maior do que a que podíamos observar há vinte anos.

Nas últimas duas décadas, este foi um dos elementos mais relevantes em termos da transformação que ocorreu nos âmbitos urbanos. Âmbitos cada vez mais diversos e plurais que, por sua vez, são receptáculos de muitas comunidades: culturais, religiosas, linguísticas... Esta diversidade é uma porta aberta a grandes oportunidades e geradora de grande riqueza, mas ao mesmo tempo também é geradora de grande complexidade. E também pode ser fonte de processos de exclusão.

Por sua vez, a vida comunitária não está isenta de tensões e conflitos, saber abordá-los e encontrar vias de diálogo é crucial para o estabelecimento de acordos que possam melhorar a convivência cidadã. Neste sentido, o conflito pode tornar-se uma ferramenta de construção da comunidade.

Um dos desafios que os governos locais têm de enfrentar é como, a partir do respeito por cada comunidade constituinte, construir o «NÓS COMUM», inclusivo e aberto, aquilo que nos faz sentir que fazemos parte de uma comunidade onde todos cabemos, que é a cidade. Uma comunidade da qual fazemos parte através de laços que construímos a partir da liberdade. Onde o indivíduo pode desenvolver a sua essência, em harmonia com a vida comunitária.

Precisamos conhecer e reconhecer os outros. Ter contato e estabelecer laços precisamente com aqueles que não são como nós, com aqueles que pensam ou acreditam de forma diferente de nós.

Num mundo altamente interligado através das tecnologias, podemos observar, pelo contrário, que falta mais do que nunca o contacto pessoal com as pessoas físicas, a presença.

Por outro lado, as desigualdades crescem de forma desmedida. Desigualdades geradoras de exclusão que exigem políticas que as reconheçam e, acima de tudo, ajam para as reduzir.

Nos nossos municípios, existem conflitos de identidade. E contra aqueles que pregam as identidades múltiplas e as suas virtudes, há quem o faça sobre os essencialismos identitários. Alguns agem a favor da miscigenação, enquanto outros o fazem no sentido oposto, para preservar a «pureza da essência original».

Tudo o que mencionámos até agora converge no «direito à cidade» de qualquer pessoa e coletivo. Um direito que David Harvey considera não ser simplesmente o direito de acesso ao que já existe, mas o direito de o mudar a partir dos nossos desejos mais profundos.

Nestes «novos» cenários, conservaremos necessariamente as velhas tradições e os velhos mitos, mas talvez seja hora de, juntos, pensarmos que temos de construir novas narrativas que nos representem a todos e a todas e que nos permitam criar um tecido comunitário.

Por isso, apelamos aos municípios membros da AICE e a todos aqueles que queiram juntar-se a nós para que partilhem as suas experiências sobre este eixo, concretamente:

1. Ações que promovam o diálogo intercultural, criando espaços de diálogo e conversação entre diferentes comunidades culturais, religiosas e linguísticas.
2. Iniciativas que construam um «Nós». Experiências que contribuam para construir um sentido de comunidade inclusiva, onde as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas e se promova um sentimento de pertença partilhada.
3. Projetos que celebrem a diversidade e a pluralidade, mostrando como estas características enriquecem a vida urbana e contribuem para a identidade da cidade.
4. Experiências educativas e culturais que abordem e procurem reduzir as desigualdades e os processos de exclusão e segregação, promovendo políticas e ações que beneficiem toda a comunidade.
5. Experiências que facilitem o contacto pessoal e a interação física entre indivíduos de diferentes origens, contrariando a desumanização que pode surgir num mundo digitalizado.
6. Propostas que levem em consideração a diversidade cultural e convidem à reflexão sobre os conflitos de identidade, promovendo uma abordagem que valorize tanto as identidades múltiplas quanto a

necessidade de um tecido comunitário coeso, no qual se reforce o sentimento de pertencimento.

7. Intervenções que abordem o conceito do “direito à cidade”, permitindo que os cidadãos participem ativamente na transformação do seu ambiente urbano.

8. Programas/projetos que busquem criar novos mitos e narrativas que representem todas as comunidades, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva mais rica e diversificada.

SEGUNDO EIXO – CIDADANIA

O desenvolvimento de uma cidadania crítica e livre para participar na construção do futuro local. Formação e promoção do PENSAMENTO CRÍTICO para adquirir ferramentas contra o sectarismo, os discursos populistas, as simplificações e as manipulações informativas.

Observamos de forma surpreendente o crescimento de movimentos que questionam as evidências científicas. Há cada vez mais seguidores de teorias excêntricas, às vezes com atitudes perigosas, como o movimento antivacinas, ou «surpreendentes e ingénuas», como os terraplanistas, por exemplo. Às vezes, parece que o Iluminismo nunca existiu, que voltamos aos tempos do obscurantismo.

Num artigo recente, a diretora do Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, Judit Carreras, citava Kant e recordava as três perguntas: O que posso saber? O que devo fazer? O que posso esperar? E ela observava, trezentos anos depois, que conhecimento, ação e esperança são o legado iluminista sobre o qual pensar criticamente o presente, aprender com as feridas do passado e reinventar um mundo que deixou de acreditar no futuro. Ela continuava expondo que as bases desse futuro devem ser a criatividade, a imaginação, o reforço das solidariedades políticas e afetivas e o pensamento crítico. Precisamos fazer isso porque nos encontramos num momento de extrema polarização ideológica das nossas sociedades. Convicções, atitudes e convicções acríticas que fazem com que muitas pessoas se identifiquem de forma absoluta com um determinado grupo e não questionem nenhuma das suas decisões ou ações. Grupos que têm cada vez mais relevância nas nossas sociedades e que agem de forma cada vez mais sectária.

Outra questão que contribui para esta nova realidade é a informação publicada e divulgada através das redes sociais. Uma informação que nos oprime, que não conseguimos digerir e que nos é dirigida e carregada de simplificações, manipulações e falsidades. Com meios de comunicação cada vez menos livres, que atuam mais como alavancas ao serviço de interesses económicos e que apresentam alguns enviesamentos perigosos, como a invisibilidade de determinados coletivos e a onnipresença de outros.

Aparentemente, tudo o que temos na Internet é gratuito. Navegamos sem qualquer custo, mas pagamos o preço dos algoritmos que personalizam os estímulos comerciais que recebemos. E não apenas comerciais.

Devemos promover uma cidadania livre e responsável para sermos, não apenas consumidores ou clientes, mas cidadãos ativos que participam na construção do presente e do futuro das nossas cidades.

Por isso, apelamos aos municípios membros da AICE e a todos aqueles que queiram aderir, para que partilhem connosco as suas experiências sobre este eixo, concretamente:

1. Experiências que promovam o pensamento crítico e a reflexão sobre a informação que consumimos, ajudando os cidadãos a questionar e analisar as fontes de conhecimento.
2. Projetos que abordem o fenómeno da desinformação nas redes sociais e nos meios de comunicação, que eduquem sobre o método científico, a importância da evidência e como discernir entre informação verdadeira e teorias infundadas.
3. Criação de programas que analisem o impacto das tecnologias digitais nas nossas vidas, discutindo tanto os seus benefícios como os seus riscos.
4. Experiências que deem voz a diferentes coletivos, especialmente aqueles que costumam ser invisibilizados.
5. Iniciativas que formem na participação ativa, promovendo espaços de diálogo onde as pessoas possam expressar as suas ideias, ouvir diferentes pontos de vista e aprender a argumentar de forma respeitosa e fundamentada.
6. Projetos que convidem os cidadãos a colaborar em iniciativas de transformação urbana, educativa, cultural, etc., que exijam análise, avaliação de opções e tomada de decisões fundamentadas, com vista a fortalecer a sua capacidade crítico-analítica e, com isso, a democracia local.
7. Iniciativas de resolução de conflitos sociais, mediação comunitária e promoção de uma cultura de paz através do diálogo.
8. Projetos que reforcem a democracia participativa e a construção coletiva da cidade.

TERCEIRO EIXO – CIDADANIA CRIATIVA

O desenvolvimento de uma cidadania criativa que promova novas sensibilidades, estratégias e ferramentas para enfrentar os desafios da sua sociedade.

A educação para a criatividade sempre foi bastante desvalorizada pelos sistemas educativos e pela sociedade em geral. Sempre existiu um sentido utilitarista mal compreendido do facto educativo.

Também tem existido uma confusão conceptual dos termos inovação e criatividade. E simplificou-se a ideia de que a criatividade é «coisa de artistas», como se essa capacidade não fosse própria dos seres humanos. Educar é precisamente gerar capacidades, uma delas a criatividade.

Angélica Sátiro, pedagoga e especialista em cidadania criativa, considera que criar é gerar ideias novas e melhores. Ideias que podem ser aplicadas em diversos campos através de diferentes linguagens. E essas ideias com valor são as que transformam e promovem mudanças. A capacidade de criar e inovar é necessária para enfrentar os desafios futuros das nossas cidades, cada vez mais complexos.

Entendemos que, para gerar capital social, é imprescindível desenvolver a capacidade criativa dos cidadãos. Por isso, é absolutamente imprescindível atender às suas necessidades culturais e educativas e promover programas para o seu desenvolvimento. Um bom tecido social e criativo é uma boa base para dar respostas aos desafios atuais.

Por isso, apelamos aos municípios membros da AICE e a todos aqueles que queiram aderir, para que partilhem connosco as suas experiências sobre este eixo, concretamente:

1. Exemplos de iniciativas educativas bem-sucedidas que integraram a criatividade nos seus programas.
2. Modelos de educação transformadora que combinam criatividade e inovação em diferentes contextos, como em projetos comunitários, tecnológicos ou culturais.

3. Projetos que promovem a criatividade cidadã: workshops, atividades e programas que permitem aos cidadãos explorarem e desenvolver o seu potencial criativo.
4. Eventos culturais ou workshops onde os cidadãos possam expressar-se criativamente, refletir sobre o seu ambiente e propor ideias inovadoras através da arte, da música, do teatro ou da escrita.
5. Plataformas ou espaços colaborativos que facilitem a troca de conhecimentos, experiências e boas práticas, fortalecendo a criatividade coletiva.
6. Iniciativas de cocriação entre os cidadãos e os centros culturais do município, onde artistas, jovens e adultos possam expressar-se, experimentar e partilhar as suas ideias criativas.
7. Experiências educativas e culturais destinadas a responder a desafios criativos que utilizem a tecnologia e as redes sociais para partilhar ideias, colaborar em projetos e participar.